ILUSTRÍSSÍMA SENHORA PREGOEIRA ALINE ARANTES CORREA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

Ref.: Pregão Presencial nº 08/2023 (Processo nº 864443/2023)

GEO7 ENGENHARIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.222.609/0001-61, com sede na Rua da Fé (LOT JD. PRIMAVERA), nº 155, Sala 01, bairro Cidade Alta, em Cuiabá/MT, CEP nº 78.030-090, neste ato representada por seu sócio administrador, **MARCUS ROSA JORGE DA CUNHA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 705.088.361-15, vem, acatadamente, à ilustre presença de Vossa Senhoria, com supedâneo no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 c/c o subitem 9.1. do Edital epigrafado, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da r. decisão proferida às fls. 366-367, que, equivocadamente, *permissa vênia*, declarou "**HABILITADA e VENCEDORA DO CERTAME a empresa D. F. DE CARVALHO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA (ME)**", fazendo-o pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, autuado sob o nº 08/2023 (Processo nº 864443/2023), cujo objeto consiste no *“Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada para realizar Estudo/levantamento topográfico que servirá de base para o projeto de recuperação da Lagoa do Jacaré a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.”*

Assim, no dia e horário aprazados no instrumento convocatório, ocorreu a abertura da sessão pública para recebimento dos documentos de credenciamento, envelopes de propostas de preços e documentos de habilitação, ocasião em que se registrou a participação das empresas: GEO7 ENGENHARIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA-ME, ora Recorrente, e D. F. DE CARVALHO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA-ME.

Ato contínuo, cumpridas as formalidades de praxe, passou-se a fase de lances, restando classificada em primeiro lugar a empresa ora Recorrida, seguida, respectivamente, pela empresa Recorrente.

Sucessivamente, consoante se depreende da leitura da 1ª Ata de Sessão Pública (fls. 360-362), ao proceder a análise da documentação de habilitação apresentada pela empresa Recorrida, **Vossa Senhoria constatou que o Atestado de Capacidade Técnica (fls. 292-293) fornecido pela empresa J.E. DE ALBUQUERQUE (COMERCIAL COREAU) não possuía qualquer tipo de autenticação**, razão pela qual, escorada no subitem 8.23. do instrumento convocatório, concedeu o prazo de 02 (dois) dias úteis para que a empresa Recorrida apresentasse ***“o referido documento em original para autenticação da Pregoeira ou cópia autenticada em cartório”***, suspendendo, então, a sessão pública para diligência excepcional. (grifos nosso)

Assim, no dia 17/05/2023, às 08h30min, a sessão pública é retomada para continuidade do procedimento licitatório, ocasião em que Vossa Senhoria declarou ***“HABILITADA e VENCEDORA DO CERTAME a empresa D. F. DE CARVALHO***

ENGENHARIA E TOPOGRAFIA (ME)”, porquanto a aludida empresa apresentou “*cópia autenticada em cartório do Atestado de Capacidade Técnica original fornecido pela empresa J.E. de Albuquerque (Comercial Coreau) atendendo a diligência solicitada*” - vide ata carreada às fls. 366-367.

Nesse contexto, diante do flagrante descumprimento das regras editalícias, medida não restou à Recorrente senão insurgir-se contra esta, manifestando, oportunamente, interesse recursal.

Desse modo, tendo os fatos sidos explicados, passamos ao entendimento doutrinários e jurisprudenciais que explanam e demonstram a razoabilidade dos argumentos a seguir expendidos.

2. DAS RAZÕES E DO DIREITO

Inicialmente, o primeiro ponto que deve ser destacado é o de que o intuito das licitações públicas é obter a proposta mais vantajosa do ponto de vista econômico para a Administração Pública, garantindo a igualdade de chances aos concorrentes.

Logo, tem-se que a interpretação de Edital deve ser feita à luz dessa premissa, de sorte que as obrigações ali previstas devem ser cumpridas e observadas, sob pena de desvirtuar a própria finalidade do certame.

É notório que, tanto aos membros da Administração Pública, quanto a todos os licitantes que pretendem com ela contratar, é dever observar as regras e condições previamente estabelecidas nos editais dos certames licitatórios.

Desse modo, em que pese o respeito e acatamento tributado as decisões proferidas por essa r. Comissão Permanente de Licitações, desta vez não agiu com o acerto que lhe é peculiar, *concessa vênia*, conquanto, equivocadamente, declarou a empresa Recorrida como vencedora do certame, ao arrepio dos parâmetros definidos em Edital, como se verá adiante.

3. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – DA INFRINGÊNCIA AOS SUBITENS 7.6.2.2. E 7.6.2.2.1 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Precipualemente, impende consignar que a licitação constitui-se no procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público, **desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de ATOS VINCULANTES para a Administração e para os licitantes, propiciando IGUALDADE DE TRATAMENTO e oportunidade a todos os interessados como fator de eficiência e MORALIDADE dos negócios administrativos.** Para tanto, necessária formalização dos diversos procedimentos instituidores do processo de licitação à busca da contratação MAIS VANTAJOSA aos cofres públicos, espelhados sempre no MENOR PREÇO ofertado em relação direta ao objeto comum a ser licitado e, posteriormente, contratado pela Administração Pública, **sempre na mais pura e irrestrita vinculação desde procedimento às normas contidas no Edital.**

Sobre o tema em voga, vejamos o estabelecido pelos artigos 3º, 41 e 55, inciso XI, todos da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada.***

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - **a vinculação ao edital de licitação** ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; (grifos nosso)

Registrado isso, cumpre destacar que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado às fls. 364-365, ainda que contenha autenticação do *Cartório Xavier de Matos*, **NÃO ATENDE A EXIGÊNCIA DISPOSTA NO 7.6.2.2. E 7.6.2.2.1 DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, QUE CLARAMENTE DISPÕE QUE O ATESTADO APRESENTADO DEVE ESTAR “REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE”**, senão vejamos:

“7.6.2.2. Atestados de Capacidade Técnica, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que o (s) responsável (is) técnico (s) executou serviços compatíveis com os relacionados neste Edital.

7.6.2.2.1. Os atestados apresentados deverão estar de acordo com o artigo 30 § 1º Inciso I da Lei 8.666/93 e suas alterações.” (grifos nosso)

À título elucidativo, *mister* transcrever a disposição do art. 30, §1º, da Lei 8.666/1993, *in verbis*:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, DEVIDAMENTE REGISTRADOS NAS ENTIDADES PROFISSIONAIS COMPETENTES, limitadas as exigências a:”

(grifos nosso)

Ora Sr.^a Pregoeira, *data máxima vênia*, equivocou-se Vossa Senhoria em considerar válido o Atestado de Capacidade Técnica em comento, conquanto a autenticação cartorária apesar de trazer lisura ao documento apresentado, **NÃO SUPRE O REGISTRO DO DOCUMENTO NO ÓRGÃO COMPETENTE, QUE NO CASO É O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-CREA OU O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO-CAU.**

Veja Sr.^a Pregoeira, até a própria *Certidão de Acervo Técnico* acostada às fls. 302 corrobora que o responsável técnico da empresa Recorrida não possui Atestado de Capacidade Técnica registro no órgão competente – *in casu*, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA.

Não se olvida que o registro de atestado técnico da empresa junto ao órgão de classe é de suma importância, para que seja comprovada a capacidade técnica operacional e a aptidão da empresa no desempenho e execução do objeto a ser contratado.

Nesse sentido, colha-se entendimento do Acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU:

“A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.” (grifos nosso)

NÃO BASTASSE A AUSÊNCIA DE REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE, CAUSA MAIOR PERPLEXIDADE AINDA VOSSA SENHORIA TER

ACEITADO UM ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE NÃO GUARDA QUALQUER SIMILITUDE COM O OBJETO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Não é preciso nenhum esforço hercúleo para compreender que o Atestado de Capacidade Técnica coligido ao processo administrativo (fls. 292-293) não comprova que o responsável técnico da empresa Recorrida tenha executado serviços compatíveis com os relacionados no Edital do Pregão Presencial nº 08/2023, O QUE VIOLA, COMO DITO, O SUBITEM 7.6.2.2.

Ora, a ilegal declaração da empresa vencedora em descompasso com as normas editalícia, restou por violar TODOS os preceitos acima transcritos, transgredindo direito líquido e certo da Recorrente, uma vez que gerou GRAVE E LITERAL VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS LISTADOS NO ART. 3º DA LEI Nº 8.666/1993, dentre os quais o **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO e da legalidade.**

O art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993 é crucial para a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação. As soluções para os casos enfrentados pela Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos, sendo imperiosa a **INVALIDAÇÃO DAS DECISÕES QUE LHES CONTRARIAREM.** Caso não haja a observância aos ditames desses relevantes preceitos, a validade do processo fica comprometida, tornando imperiosa sua **DESCONSTITUIÇÃO.**

Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, ao sedimentar que:

“Violar um Princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao Princípio implica em ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência a todo sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irreversível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.” (grifos nosso)

Maria Sylvia Zanella Di Pietro salienta que “Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento” (in Direito Administrativo. 26ª ed. P. 383). Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41, segundo o qual “**a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**” (Ex vi “caput” do art. 41, da Lei Federal nº. 8.666/1993). Na mesma linha, o art. 43, inciso V, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos exige o julgamento e classificação das propostas **se façam de acordo com os critérios de avaliações constantes no Edital.** (grifos nosso)

O princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se tanto à Administração, como já verificado pelos artigos supramencionados, como aos licitantes, posto que estes **NÃO PODEM DEIXAR DE ATENDER AOS REQUISITOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro “**se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas,** nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93” (In Direito Administrativo. 26ª ed. P. 384). (grifos nosso)

Nesse contexto, não é diverso o entendimento dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Contas da União, bem como dos julgados de todos os Tribunais pátrios, senão vejamos:

“TCU - REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS

RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.” (Acórdão 4091/2012 - Segunda Câmara. TCU) (grifos nosso)

*“TCU - REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. **POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. CONSTATAÇÃO DE ALGUMAS FALHAS RELACIONADAS À INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO.”** (Acórdão 966/2011 - Primeira Câmara. TCU) (grifos nosso)*

*“ADMINISTRATIVO. **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA.** O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. **Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital.** Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.” (REsp 1.178.657-MG) (grifos nosso)*

*“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. **PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO.** 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.” (RMS 23640/DF) (grifos nosso)*

*“**MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - VALOR REFERENTE À VERBA DE VALE TRANSPORTE PARA O POSTO DE RECEPCIONISTA - NÃO CUMPRIMENTO DO EDITAL - PLANILHA DE CUSTO - VALORES APRESENTADOS QUE NÃO ATENDEM OS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O SERVIÇO LICITADO - DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SEGURANÇA DENEGADA. “O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório.”** (STJ) - REsp 595.079/RS,*

Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA,
julgado em 22/09/2009, DJe 15/12/2009) (grifos nosso)

Na mesma toada, o e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso há muito tempo já sedimentou entendimento que o **Edital faz lei entre as partes**, de modo que tanto a Administração, a quem compete elaborar as regras do instrumento convocatório, quanto os licitantes devem obediência aos seus termos, senão vejamos:

*“REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA - MANDADO DE SEGURANÇA - RECURSO QUE HABILITOU EMPRESA EM FLAGRANTE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - SEGURANÇA CONCEDIDA - SENTENÇA RATIFICADA. **A decisão da autoridade coatora violou o artigo 41 da Lei n. 8.666/93 ao deixar de observar a vinculação ao instrumento convocatório. Isso porque, os critérios estabelecidos no instrumento convocatório visam propiciar aos interessados tratamento imparcial e, sobretudo, isonomia.** A proposta apresentada pela interessada em contratar com a Administração, documento por meio do qual a empresa privada externaliza suas condições, com base nas exigências dispostas no edital da licitação, deve guardar rigor formal com o edital, sob pena de ferir a isonomia entre os licitantes. Se a Administração entendeu por bem fixar prazo de validade superior ao previsto na Lei de Licitações, o que é permitido, não deve em um segundo momento relativizá-lo ou dispensá-lo, sobretudo quando o referido prazo é capaz de interferir na composição do preço do serviço, como é o caso. Segurança concedida. Sentença ratificada.”* (ReeNec 109836/2016, DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 06/11/2018, Publicado no DJE 26/11/2018) (grifos nosso)

*“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA – DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PREVISTA EM EDITAL – AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE PREÇOS AUXILIARES – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO – ACÓRDÃO QUE DENEGOU A SEGURANÇA – CONTRADIÇÃO NÃO VERIFICADA – PRETENSÃO DE ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO – INVIABILIDADE – REJEIÇÃO. Os embargos de declaração são cabíveis somente para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgado, ou ainda, para sanar erro material. Ausente qualquer dessas hipóteses, devem ser rejeitados os embargos, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. **O edital é a lei do certame, e, enquanto instrumento convocatório, delimita as condições norteadoras dos atos da licitação, fixa o seu objeto de forma precisa e enumera os deveres e as garantias das partes interessadas, pois suas regras vinculam tanto a Administração quanto os licitantes.**” (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 07/06/2018, Publicado no DJE 18/06/2018) (grifos nosso)*

***“O edital é a lei do certame, e, enquanto instrumento convocatório, delimita as condições norteadoras dos atos da licitação, fixa o seu objeto de forma precisa e enumera os deveres e as garantias das partes interessadas, pois suas regras vinculam tanto a Administração quanto os candidatos.** Ilegal o ato de desclassificação da Impetrante da concorrência pública porquanto pautado em exigência não prevista no edital do certame, cujo caráter vinculativo se*

estende não só ao administrador, mas também ao administrado.” (TJ-MT. MS n. 1002858-48.2016.8.11.0000, Desa. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 05/10/2017, Publicado no DJE 11/10/2017) (grifos nosso)

“De acordo com o atual posicionamento do Tribunal de Contas da União, a preservação do que foi inicialmente publicado no Edital de Licitação deve ser mantida, ante o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993. Portanto, a suspensão temporária com fundamento no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93, terá validade no âmbito do órgão que a aplicou somente se assim estiver previsto no certame licitatório.2 – No caso, o Município de Mirassol D’Oeste, ao tornar público o Edital n. 060/2014, considerou conveniente e oportuno que as empresas participantes do certame não tenham sido punidas em nenhum órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal. Adotando-se a premissa atual do TCU, pelo princípio da vinculação do instrumento convocatório, não há qualquer traço de ilegalidade a proibição de participar do certame as empresas consideradas inidôneas por outros entes federativos.” (TJ-MT. Ap 85677/2015, DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 22/11/2016, Publicado no DJE 19/12/2016) (grifos nosso)

Registrado isso, torna-se imprescindível analisar que a decisão proferida por Vossa Senhoria, de habilitar a empresa Recorrida no certame em tela, vai na contramão de todo o ordenamento legal de regência para contratação com o Poder Público, haja vista que a empresa Recorrida

descumpriu o instrumento convocatório ao apresentar documentação diversa do exigido.

Tal como exposto, caso essa Comissão de Licitação chancela a contratação de uma empresa desabilitada tecnicamente, haverá evidente descumprimento das regras editalícias, bem como evidente afronta à legislação.

Ora Sr.^a Pregoeira, a Administração Pública quanto estabelece no Edital as diretrizes para participação no processo licitatório e, ainda, as cláusulas do futuro contrato, os licitantes devem apresentar suas propostas com base nisso, de modo que, se forem aceitas propostas ou documentos de habilitação em desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios inerentes ao instituto da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, da isonomia da Administração Pública e, principalmente, da vinculação ao instrumento convocatório.

Desse modo, por entender que a r. decisão lançada por Vossa Senhoria carece de guarida legal, eis que em flagrante desarmonia com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e as leis de regência do instituto de licitações, **caminho não resta ao recurso interposto a não ser o seu DEFERIMENTO.**

4. DOS REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, visando garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, mais especificamente da vinculação às cláusulas editalícias, às disposições legais, bem como aos entendimentos jurisprudenciais, **requer SEJA PROVIDO O RECURSO ADMINISTRATIVO ORA INTERPOSTO**, reformando *in totum* a r. decisão da Comissão Permanente de Licitação que, equivocadamente, habilitou a licitante D. F. DE CARVALHO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA-ME, conseqüentemente, seja declarada sua inabilitação por descumprimento dos subitens 7.6.2.2. e 7.6.2.2.1 o Edital em tela, uma vez que apresentou Atestado de Capacidade Técnica (Fls. 292-293 e 364-365)

sem o devido registro no órgão competente e, principalmente, em desconformidade com o objeto do instrumento convocatório.

Outrossim, não sendo esse entendimento exarado por Vossa Senhoria, **requer** seja os autos administrativos remetidos à autoridade superior para análise e parecer das razões suso expendidas.

Nesses termos, pede deferimento.

Cuiabá/MT, 19 de maio de 2023.

GEO7 ENGENHARIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA-ME

CNPJ/MF: 27.222.609/0001-61